

DEMO
CRACIA

REPRESENTAÇÃO

XI Encontro ABCP
Curitiba | 2018

IMPASSES
CONTEMPORÂNEOS

AT ELEIÇÕES E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

**OS “REPRESENTANTES DE DEUS” E O SISTEMA PARTIDÁRIO:
UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS EVANGÉLICAS**

Tiago Daher Padovezi Borges (UFSC)
Flávia Roberta Babireski (UFPR)

31 DE JULHO A 03 DE AGOSTO DE 2018

CURITIBA – PARANÁ

Os “Representantes de Deus” e o Sistema Partidário: uma análise da distribuição das candidaturas evangélicas

Tiago Daher Padovezi Borges (UFSC)

Flávia Roberta Babireski (UFPR)

O fenômeno político evangélico tem sido uma das grandes novidades de nossa atual experiência democrática. É inegável a sua relevância quando olhamos tanto os resultados das recentes eleições quanto seus impactos na produção legislativa recente. Embora tenha causado grande alarde nos meios acadêmicos e no debate público em geral, ainda existe grande incerteza a respeito dos fatores de sua emergência e dos efeitos no sistema político. Mesmo com avanços significativos em sua compreensão, a relação desse grupo com nossos partidos é um dos aspectos que recebeu reduzida atenção nos últimos anos. Afinal, como lideranças e organizações evangélicas se relacionam com o conjunto dos partidos brasileiros? Quais são as estratégias nas últimas eleições das elites políticas evangélicas, dado nosso arcabouço institucional e sistema partidário?

No presente trabalho, buscaremos compreender a representação política dos evangélicos a partir de sua relação com o sistema partidário brasileiro. Analisando a distribuição de suas candidaturas nas últimas eleições, investigaremos como nosso sistema partidário tem absorvido esse fenômeno. Sem ignorar a heterogeneidade desse grupo social, nosso trabalho tratará da sua relação com nosso sistema político, marcado por instituições que, segundo boa parte da literatura, tendem oferecer reduzidas barreiras à entrada de novos partidos políticos e incentivar estratégias personalistas na arena eleitoral.

Em nossa análise empírica, trataremos de possíveis movimentações das candidaturas evangélicas desde 1998 nas eleições para Deputado Federal. Ou seja, descreveremos os padrões identificados e ofereceremos algumas hipóteses a respeito de mudanças na relação dos evangélicos com nosso sistema partidário. Utilizando o chavão neo-institucionalista, partiremos do pressuposto que instituições eleitorais importam, entretanto, não determinam os resultados finais e que, mesmo com a estabilidade institucional nas últimas décadas, estratégias podem ser alteradas ao longo do tempo. Ou

seja, estamos mais interessados nas possíveis transformações ao longo dos últimos anos do que em um efeito estático das regras no comportamento dos atores.

Para isso, na primeira parte faremos uma breve apresentação das principais abordagens e teses a respeito da relação dos sistemas partidários e grupos sociais. A partir dessa exposição, discutiremos como a literatura viu esse fenômeno no caso brasileiro, normalmente tratado como um caso de dissociação entre os representantes e representados. Em seguida, apresentaremos nosso problema de pesquisa a partir do recorte que nossos esforços irão se dedicar: a inserção política dos evangélicos nos últimos anos. Nas duas últimas partes, nos dedicaremos a análise dos dados de candidaturas, tratando de sua heterogeneidade regional e também no interior do próprio campo religioso. Como ficará claro, os achados apontam para um fenômeno complexo, permeado por grande heterogeneidade interna, com distintos comportamentos das Igrejas no lançamento de candidaturas.

1. Discutindo abordagens: sistemas partidários, mudança e grupos sociais

A discussão sobre a relação dos partidos políticos com os grupos sociais é comum nos estudos inaugurais sobre o funcionamento e os propósitos das democracias representativas, que se desenvolveram e consolidaram ao longo do século XIX e XX. Preocupados com os efeitos da progressiva extensão dos direitos políticos, a indagação que se colocava era o modo setores populares da população seriam incorporados pelos sistemas políticos (LAPALOMBARA, WEINER, 1966; WEBER, 1991; NEUMANN, 1965). Ou seja, como se daria a expansão da cidadania política e qual seria o papel dos partidos políticos nesse processo de integração e progressiva canalização de novas vozes. De maneira geral, tratam-se de esforços empíricos que, de certo modo, continham preocupação com o “dever ser” dos sistemas políticos, além de representarem uma abordagem hegemônica nos primeiros esforços de compreensão dos fenômenos políticos, que colocavam as transformações nas estruturas sociais e os grupos como os principais elementos explicativos dos fenômenos políticos¹.

¹ Trata-se da abordagem que se tornou hegemônica na conhecida guinada behaviorista, que ocorreu na década e 50 nos EUA e foi responsável por uma proposta que combinava uma visão da política como determinada por transformações sociais. Para essa abordagem, a concepção de partidos políticos está muito vinculada a atuação de grupos sociais e de interesses (PERES, 2011).

Em um primeiro momento, a literatura que tratou do tema enfatizou determinantes *estruturais* na conformação das diferenças entre os sistemas partidários em relação à quantidade de partidos e o que eles representam. Tanto aspectos *societais* quanto *institucionais* são identificados como determinantes no modo como como grupos têm acesso ao sistema político, como os partidos são criados e se desenvolvem, etc. O clássico trabalho de Seymour Lipset e Stein Rokkan (1990) exemplifica a utilização de fatores societais na explicação das variações da representação dos grupos sociais. Com grande influência da *sociologia política parsoniana*, os autores sustentam que o modo como ocorreram as grandes revoluções nos séculos XVIII e XIX determinaram os principais conflitos existentes nas sociedades e que, por sua vez, regeram o conteúdo dos sistemas partidários europeus. Ou seja, o argumento é de que as variações nas forças políticas representadas nos sistemas partidários foram determinadas por longos processos históricos exógenos aos sistemas políticos:

The crucial differences among party systems emerged in early phases of competitive politics, before the final phase of mass mobilization. They reflect basic contrast in conditions and sequences of nation-building and in the structure the economy at the point of take-off towards sustained growth (LIPSET, ROKKAN, 1990, p. 122).

Para tal abordagem, a mudança nos padrões de votação e no formato do sistema partidário, por exemplo, são atribuídos aos determinantes exógenos à política, ao modo como as clivagens sociais são formadas e se desenvolvem e como se dá o conflito entre os grupos sociais. Trata-se de uma explicação que pode ser facilmente identificada em obras que trataram da formação e da crise do sistema partidário do período 1946-64, que identificavam que transformações sociais do período proporcionaram fortes efeitos na estrutura da competição política do período, levando, inclusive à sua deterioração e implosão em 1964².

Ainda em relação às explicações aqui denominada como *estruturais*, também é possível destacar obras que enfatizam a centralidade de *instituições* eleitorais na quantidade de partidos e no padrão de competição política. Desde os trabalhos de Maurice Duverger (1970) e Douglas Rae (1967), o sistema eleitoral é tratado como principal variável

² O trabalho de Gláucio Soares é emblemático ao destacar a importância de transformações sócio econômicas em mudanças no sistema partidário do período entre 1945 e 1962. Mesmo sem desprezar elementos organizacionais dos partidos e institucionais, o autor identifica “a existência de estreitas relações entre desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, por um lado, e a penetração dos diferentes partidos, por outro” (SOARES, 2001, p. 206).

institucional na explicação sobre o número de partidos. Para tal abordagem, o conjunto de regras que rege a conversão de votos e cadeiras, o número de eleitos por distrito eleitoral (RAE, 1967; TAAGEPERA, SHUGART; 1989; LIJPHART, 1994), o formato da lista, facilita ou dificulta a entrada de novos partidos, favorecendo ou desfavorecendo que forças minoritárias sejam incorporadas no sistema partidário³. Assim, a explicação do modo como eleitores e lideranças realizam seus cálculos, estratégias e se comportam é encontrada das instituições políticas (principalmente, as eleitorais). A partir desse raciocínio, a mudança e a persistência de padrões de competição nos sistemas políticos são vistos como derivadas de como as “regras do jogo” interagem entre si e como, assim, condicionam as estratégias dos partidos, grupos, lideranças e eleitores.

Um exemplo dessa abordagem pode ser encontrado em grande parte dos estudos sobre a atual experiência democrática brasileira, que sustenta a primazia explicativa da estrutura institucional no modo como os partidos políticos se relacionam com o conjunto da sociedade. O diagnóstico hegemônico é de que as regras eleitorais da atual experiência democrática oferecem poucas restrições para a criação de novos partidos, favorecendo a fragmentação do sistema partidário (MAINWARING, 2001; KINZO, 2004; NICOLAU, 2006), além do estabelecimento de uma representação ancorada no político individual, em detrimento do partido político (SAMUELS, 1997; PEREIRA, MUELLER, 2003). Além disso, o sistema de lista aberta no Brasil proporcionaria a personalização da representação política em detrimento aos vínculos partidários. De modo geral, o que talvez seja paradoxal, o diagnóstico é de que, embora contenha poucas restrições para a criação de partidos, o sistema partidário brasileiro pouco representa os conflitos e grupos sociais, tendo escassos vínculos com o conjunto da população. Ou seja, a partir desse conjunto de instituições eleitorais, o diagnóstico em relação ao nosso sistema partidário é de uma elevada e artificial fragmentação, existindo uma grande distância em relação ao conjunto dos eleitores⁴.

³ “A influência dos sistemas eleitorais sobre as oportunidades dos partidos políticos constitui uma série mais ou menos contínua que se estende, desde o mais exato grau de proporcionalidade entre o número de cadeiras parlamentares, em direção a um grau de desproporcionalidade que cresce mais ou menos continuamente e que restringe as possibilidades dos partidos menores, até chegar a uma situação na qual apenas dois partidos terão a possibilidade de conquistar cadeiras legislativas” (NOHLEN citado por TAVARES, 1994, p. 51)

⁴ Como sustenta Maria D’Alva Kinzo: “A adoção de um conjunto de regras eleitorais complexo – sistema majoritário, sistema de representação proporcional com lista aberta e permissão de alianças entre os partidos – que dê conta de uma estrutura de poder presidencialista e federativa e um sistema partidário altamente fragmentado têm contribuído para obscurecer a inteligibilidade da competição partidária, desestimulando, portanto, o desenvolvimento de identidades partidárias” (KINZO, 2004, p. 57)

Mesmo sem romper com as interpretações anteriores, uma segunda abordagem tem sustentado que fatores estruturais são insuficientes para explicar o surgimento e as transformações nos sistemas partidários. Para algumas obras das últimas décadas (KALYVAS, 1996; COX, 1997; STOLL, 2013), as estratégias desenvolvidas pelas elites importam e podem variar, mesmo com condições sociais e institucionais semelhantes. Ou seja, em tais obras, destaca-se o caráter dinâmico do comportamento das elites na criação de partidos, na coordenação eleitoral e na expressão política de novas forças sociais. Trata-se de pensar que atores políticos buscam maximizar suas chances de êxito, influenciados não apenas pela estrutura social e institucional, mas também pela interação com outros atores e com as características internas das organizações políticas (partidos, Igrejas, sindicatos etc.)⁵.

Exemplificando tal abordagem, Stoll (2013) integra tanto elementos estruturais quanto dinâmicos em seu diagnóstico a respeito das transformações dos sistemas partidários europeus e norte-americano. Para a autora, a emergência de novos partidos em sistemas partidários já consolidados se explicaria não apenas aos incentivos institucionais e à estrutura social, mas também pela ação de lideranças políticas no processo de politização dos grupos sociais⁶:

(...) elites, and specifically political entrepreneurs, have an important role to play in both the politicization and particization of a latent group interest. Entrepreneurs help to politicize groups by encouraging the growth of a common group interest, as well as by developing the organizational structures that allow the group's interest to be expressed (STOLL, 2013: 36-7).

Ou seja, diferente das explicações estruturais, esses recentes estudos têm destacado que, mesmo com incentivos semelhantes, é possível que estratégias de partidos e lideranças políticas apresentem diferenças, dependendo de elementos dinâmicos, como a competição política e transformações nas motivações dos próprios atores políticos. Trata-se de uma abordagem que longe de negar a influência de determinantes institucionais e

⁵ Por exemplo, Cox assim afirma sobre as possibilidades de redução do lançamento de partidos e candidaturas, que não dependem do sistema eleitoral: "(...) a religious cleavage with well-organized and well-financed churches (...) is more likely to be politically activated" (COX, 1997, p. 26)

⁶ Em uma análise sobre o caso israelense, Stoll identifica diferenças importantes em relação à expressão política de dois grupos sociais, que emergem a partir de duas ondas migratórias: os "sepharadis" e os "russos" (imigrantes de origem judaica que vieram da região do leste europeu). Segundo a autora, apenas o segundo grupo foi bem-sucedido em seus esforços político-eleitorais, o que é explicado pelo esforço de politização proporcionado por suas lideranças.

sociais, acrescenta maior dinamismo e heterogeneidade nas estratégias e nos efeitos nos sistemas partidários.

Assim, sem desprezar questões estruturais presentes na democracia brasileira (tanto sociais quanto institucionais), no presente trabalho lidaremos com o dinamismo na relação de um específico grupo com o sistema partidário. Ou seja, trataremos do modo como se transformou ao longo das últimas eleições a sua com nossos partidos políticos, mesmo com relativa estabilidade institucional. Assim, pensaremos com possibilidades explicativas não “estruturais”, pertencente ao dinamismo das estratégias de certas organizações, que pode ter efeitos em nosso sistema partidário.

2. A inserção política dos evangélicos e o problema de investigação

A discussão a respeito da presença dos evangélicos na política brasileira é marcada por forte surpresa e temor de setores progressistas com o surgimento e o fortalecimento desse fenômeno em nossa atual experiência democrática. De maneira geral, a existência de um grupo social com forte presença nas casas legislativas contrasta com os diagnósticos de completo distanciamento de nosso sistema político com o conjunto da sociedade. Com uma relação muito próxima de crescimento populacional e sua tradução política⁷, o fenômeno evangélico ainda tem fomentado estudos de diversas áreas de conhecimento, que buscam tanto identificar explicações desse fenômeno, como destacar os desafios ao desenvolvimento da democracia que esse grupo promove.

Em relação aos trabalhos que trataram dos fatores de seu surgimento, destaca-se a tese de existência de uma progressiva separação entre Estado e Igreja Católica ao longo do século XX, que se consolida e se institucionaliza na Constituição de 1988. Para autores como Antonio F. Pierucci e Reginaldo Prandi (1996) e Alexandre da Fonseca (2001), tal “divorcio” proporcionou incentivos a “abertura do mercado” tanto no campo religioso, quanto do político. Em uma busca pela ampliação do número de fiéis, por maior visibilidade, pela manutenção da liberdade religiosa e pela contenção de iniciativas

⁷ Segundo a jornalista Andrea Dip, “o número de evangélicos no Parlamento brasileiro cresceu acompanhando a quantidade de fiéis. Segundo dados do último Censo Demográfico do país, realizado pelo IBGE em 2010, houve um aumento de 61,45% em 10 anos no Brasil” (2018: 26-7), tornando o país “com o maior número proporcional de protestantes na América Latina. (...) No Congresso Nacional, a tendência seguiu esse aumento: (...) existem hoje entre oitenta e noventa parlamentares evangélicos vinculados à FPE (...), mais do que o dobro de que foi criada em 2003”.

progressistas, as Igrejas Evangélicas se inseriram na política desde os princípios de nossa experiência democrática, se consolidando como uma expressiva força política em diversas arenas legislativas.

A intensidade e importância do fenômeno e sua repercussão pública tornou a produção resultante heterogênea, percorrendo por estudos de diversos ramos das ciências humanas. As motivações, características e efeitos da sua inserção política foram elementos investigados a partir de uma discussão mais voltada tanto para o campo religioso (PRANDI, CARNEIRO, 2018; ORO, 2003) quanto para a consolidação e o funcionamento do sistema político (FREESTON, 1993; MACHADO, 2003; BORGES, 2009; LACERDA, 2017). Também tem sido apontado que o caso brasileiro exemplifica um fenômeno de representação política mais amplo nas democracias da América Latina, onde têm se identificado um êxito semelhante em outros países (VILLAZÓN, 2015; CARBONELLI, 2015)

Pensando exclusivamente no tema que aqui estamos desenvolvendo, destaca-se, em um primeiro momento, o diagnóstico de uma dispersão inicial de esforços das Igrejas Evangélicas (BORGES, 2009, LACERDA, 2017b). Mesmo quando olhamos em estudos de caso de atuação política de algumas Igrejas específicas, tem sido apontado uma heterogeneidade de formas de atuação, além de um protagonismo importante da IURD (ORO, 2003, DANTAS 2011). De maneira geral, essa realidade repleta de especificidades das organizações religiosas, convive com um “efeito mimético” da atuação política da IURD, que tem transformado as estratégias de outras Igrejas. Assim, a questão que aqui estamos tratando envolve um grupo social marcado tanto por certa heterogeneidade interna, quanto por movimentos de “cópia” de estratégias de atuação exitosas.

Em relação ao sistema partidário, pouco tem sido produzido sobre o envolvimento dos evangélicos com nossos partidos político (DANTAS, 2011, NETTO, SPECK, 2017; LACERDA, 2017; TANAKA, 2018). De maneira geral, tem se identificado trabalhos descritivos a respeito da sua distribuição em nosso sistema partidário, entretanto, permanece uma lacuna a respeito de suas estratégias ao longo das últimas eleições a respeito da concentração e dispersão de candidaturas, nos partidos escolhidos e na influência de elementos locais.

O objetivo das páginas que se seguem é explorar tais elementos, em um esforço de pensar o fenômeno da inserção política dos evangélicos como inserido em uma discussão a

respeito do funcionamento de nosso sistema partidário, modelado não apenas pelas permissivas instituições eleitorais, como também pelas movimentações do grupo evangélico nas últimas eleições. Assim, olhando lançamento de candidaturas, a questão aqui lidaremos é como o grupo evangélico tem se relacionado com nossos partidos, observando se é possível identificar algum movimento de concentração em partidos que têm sido classificados como confessionais (BORGES, BOLOGNESI, BABIRESKI, 2017). A criação e transformação de partidos como PSC, PEN, PRB e PR coloca em questão a transformação de nosso sistema partidário e a possível mudança de comportamento das organizações evangélicas, mesmo com um ambiente institucional estável.

3. As candidaturas evangélicas e os partidos políticos brasileiros

Para investigar a problemática envolvida, lidaremos com as últimas cinco eleições para Deputado Federal (1998 até 2014), buscando identificar e compreender os padrões de distribuição no lançamento de candidaturas evangélicas ao longo desse período. Embora não seja possível tratar diretamente das motivações e das estratégias envolvidas, faremos algumas inferências a respeito desses elementos a partir da distribuição de candidaturas nesse período.

Em relação aos dados utilizados, utilizamos a base elaborada por Lacerda (2016), com apenas os dados referentes às candidaturas para Deputado Federal. Para o autor, a classificação dos candidatos em evangélicos se deu a partir dos seguintes critérios: i) informações sobre os candidatos na literatura especializada sobre evangélicos e política no Brasil; ii) “nome de urna” dos dados do TSE; iii) contato direto com as igrejas; iv) informações em portais de notícias sobre candidatos evangélicos.

3.1. As candidaturas evangélicas: as distribuições iniciais

O esforço empírico inicial será o de identificar a existência de padrões e modificações ao longo desses anos, marcado por certa estabilidade institucional e de consolidação de uma convivência de um padrão de competição presidencial entre dois grandes partidos (PT e PSDB), com uma expressiva fragmentação e heterogeneidade competitiva nas arenas locais (MELO, 2010).

A próxima tabela apresenta o percentual de candidaturas identificadas como evangélicas durante esse período:

Tabela 1. Quantidade de candidaturas evangélicas entre o total e entre eleitos (1998-2014)

Ano	Total de Candidatos	Entre os Eleitos
1998	2,3%	5,7%
2002	3,3%	8,4%
2006	3,4%	6,8%
2010	3,5%	12,7%
2014	3,6%	12,9%
Total	3,3%	9,3%
Casos	764	238

Fonte: Organização própria a partir dos dados do TSE e dos dados contidos em Lacerda (2017)

Os dados mostram um pequeno, mas crescente percentual ao longo desses anos, saltando de 2,3% em 1998 para 3,6% em 2014. Ou seja, estamos lidando com um grupo que, embora tenha tido grande importância política, pode ser considerado minoritário quantitativamente. Quando olhamos a segunda coluna, é evidente um movimento de crescimento do êxito das candidaturas lançadas: se em 1998, apenas 5,7% dos eleitos para Deputado Federal sinalizavam o pertencimento aos evangélicos, em 2014, percentual salta para 12,9%. Assim, estamos tratando de uma “minoridade política” que apresenta um expressivo e crescente sucesso nas últimas eleições.

Como foi afirmado, a classificação utilizada engloba os candidatos que estão associados de algum modo ao universo evangélicos, mas pouco nos diz a respeito dos vínculos com as Igrejas. Trata-se de uma informação importante, pois ela pode proporcionar uma heterogeneidade no interior dessas candidaturas. A próxima tabela mostra quais dos identificados como evangélicos estavam vinculados diretamente às Igrejas.

Tabela 2. Os evangélicos e a vinculação às igrejas (%)

Ano	Total dos evangélicos	Apenas entre os eleitos
1998	73,7	96,6
2002	59,0	100
2006	51,8	88,6
2010	64,1	89,2
2014	50,7	87,9
Total (764)	57,7	91,6

Fonte: Organização própria a partir dos dados contidos em Lacerda (2017)

Como fica claro, embora com oscilações, observa-se uma redução da vinculação ao longo do tempo. Em 1998, apesar de ter contado com um percentual menor de candidaturas, a maior parte delas estava vinculada diretamente às Igrejas evangélicas (73,7%). Já em 2014, mesmo com um crescimento dos evangélicos, identifica-se uma redução significativa do domínio organizacional das Igrejas, com aproximadamente metade das candidaturas (50,7%) estando conectada a elas. Assim, com exceção de 2010, constata-se o crescimento de um conjunto de candidatos evangélicos sem vínculo claro com a organização das principais Igrejas.

Em relação à segunda coluna, é importante destacar o alto percentual, em todos os anos, de candidatos com vínculos com as Igrejas entre os eleitos. O que merece ser apontado é que o movimento identificado é de redução desse percentual: de 96,6% em 1998, para 87,9% em 2014. Ou seja, as “candidaturas vinculadas” ainda são a grande maioria entre os evangélicos eleitos, mas também é identificado um crescimento de “evangélicos independentes” (de 3,4% para 12,1%).

Tratando apenas daqueles candidatos que foram identificados como vinculados às Igrejas, a próxima tabela apresenta as cinco principais ao longo do período estudado.

Tabela 3. As candidaturas evangélicas e suas Igrejas (%)

Ano	Assembleia de Deus	Universal do Reino de Deus	Batista	Igreja do Evangelho Quadrangular	Presbiteriana	Outras	Não vinculados
1998	22,4	22,4	9,2	7,9	6,6	5,3	26,3
2002	20,1	18,7	4,3	7,9	2,9	5	41
2006	23,5	9,4	4,7	5,9	2,9	5,3	48,2
2010	24,7	7,6	8,8	10	5,9	7,1	35,9
2014	22,5	8,1	5,7	4,3	3,3	6,7	49,3
Total (764)	22,8	11,6	6,3	6,9	4,1	6	42,3

Fonte: Organização própria a partir dos dados contidos em Lacerda (2017)

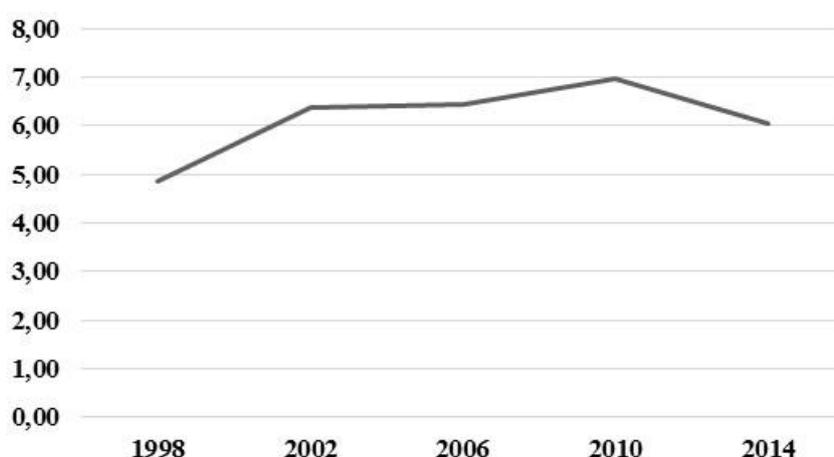
Como os dados mostram, é possível notar uma redução da proporcionalidade das candidaturas vinculadas à Igreja que protagonizou a inserção política evangélica em nossa atual experiência democrática: enquanto, em 1998, a IURD contou com 22,4% dos evangélicos, em 2014, esse valor caiu para 8,1%. Já a Assembleia de Deus apresenta percentuais estáveis: de 22,4% para 22,5%. Em relação às demais, observa-se um aumento em 2010, seguido por uma redução em 2014. Assim, se pensarmos no volume de candidaturas, chama atenção essa redução da proporcionalidade da participação da IURD, acompanhada com a estabilidade apresentada pela Assembleia e com um aumento daquelas não vinculadas com nenhuma igreja.

Assim, foi possível identificar alguns padrões iniciais, que vão sustentar a análise seguinte. Em primeiro lugar, mesmo sem movimentos bruscos, o fenômeno político evangélico se mostrou crescente quantitativamente e, de certo modo, eficiente quando olhamos o lançamento das candidaturas. Em segundo lugar, constata-se que a proporcionalidade de vínculo oficial com as Igrejas tem decrescido ao longo das últimas eleições, acompanhado com a redução do lançamento de candidaturas da IURD. A indagação final refere-se ao modo como esse fenômeno político, com as características já tratadas, têm se relacionado com nossos partidos políticos.

3.2. Igrejas, candidaturas evangélicas e os partidos políticos

Antes de qualquer consideração, a indagação inicial é se é possível identificar alguma mudança dos evangélicos no lançamento de candidaturas em nosso fragmentado sistema partidário ao longo desse período. Para verificar alguma alteração na concentração e dispersão de candidaturas em nossos partidos, o gráfico abaixo apresenta as medidas de Desvios Padrão das distribuições por ano.

Gráfico 1 - Desvio padrão do lançamento das candidaturas evangélicas



Fonte: Organização própria a partir dos dados contidos em Lacerda (2017).

Como fica claro, é possível ver algumas alterações ao longo do tempo, com um crescimento do desvio padrão até o ano de 2010 e uma queda em 2014, mesmo com um conhecido aumento da fragmentação partidária entre as duas eleições⁸. Ou seja, é possível identificar alterações nesse período, mas é importante indagar se esses movimentos ocorrem de maneira homogênea entre os evangélicos. Ou seja, se trata um grupo coeso quando lidamos com o lançamento de candidaturas em nossos partidos ou o gráfico apresentado omite diferenças entre as Igrejas que os candidatos pertencem?

Para organizar a análise da distribuição de candidaturas em nosso sistema partidário, vamos apresentar os partidos agregados por tamanho e ideologia. O critério que utilizamos foi a classificação feita por Berlatto, Codato, Bolognesi (2016), que abrange todos os partidos no período estudado, identificando seis categorias: grandes de direita, grandes de centro, grandes de esquerda, pequenos de centro, pequenos de esquerda e

⁸ Entre 2010 e 2014, o número efetivo de partidos saltou de, aproximadamente, 11 para 14.

pequenos fisiológicos⁹. Trata-se de uma classificação que facilita a análise devido à enorme quantidade de partidos e sua variação ao longo do tempo. A próxima tabela apresenta o cruzamento dela com as Igrejas daqueles que apresentaram vínculos com as candidaturas.

Tabela 4. As Igrejas e tipos de partido (1998-2014)

	Assembleia de Deus	Universal do Reino de Deus	Igreja do Evangelho Quadrangular	Batista	Presbiteriana	Outras
Grandes de centro	13,9%	16,9%	13,5%	,0%	25,8%	12,6%
Std. Res.	,1	,8	,0	-2,5	1,9	-,2
Grandes de direita	37,6%	39,3%	50%	42,6%	25,8%	41,1%
Std. Res.	-,4	,0	1,2	,3	-1,2	,2
Grandes de esquerda	6,9%	3,4%	15,4%	27,7%	19,4%	13,7%
Std. Res.	-1,7	-2,2	,9	3,3	1,3	,7
Pequenos de direita	32,4%	40,4%	19,2%	17,0%	12,9%	22,1%
Std. Res.	1,2	2,3	-1,2	-1,4	-1,6	-1,0
Pequenos de centro	3,5%	,0%	1,9%	2,1%	12,9%	5,3%
Std. Res.	,0	-1,8	-,6	-,5	2,8	,9
Pequenos fisiológicos	5,8%	,0%	,0%	10,6%	3,2%	5,3%
Std. Res.	,9	-2,0	-1,5	2,1	-,3	,4
Total	173	89	52	47	31	95
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Organização própria a partir dos dados contidos em Lacerda (2017). Cramer's V .173, p < .000

Como fica claro na Tabela 4, considerando todo o período, com as cinco maiores igrejas e o tipo de partido, vemos que as igrejas não buscaram o mesmo perfil partidário. Enquanto entre os candidatos da IURD, o percentual nos partidos grandes de direita foi de 40,4%, entre os da Evangelho Quadrangular esse valor cai para 19,2%. Mesmo com diferenças, tanto no caso da IURD quanto da Assembleia de Deus, constata-se uma concentração maior em partidos de direita, tanto pequenos quanto grandes.

Como o resíduo padronizado aponta, ao olharmos para cada igreja, destaca-se a IURD com o lançamento de candidatos em partidos pequenos de direita, e com resíduos

⁹ A classificação feita pelos autores é: *grandes de direita*: DEM/PFL, PL, PP/PPB, PR, PSD (K), PTB; *grandes de centro*: PMDB, PSDB; *grandes de esquerda*: PDT, PSB, PT; *pequenos de direita*: PEN, PRB, PRN, PRONA, PRP, PRTB, PSC, PSD*, PSDC, PSL, PSN, PST, PTC, SD; *pequenos de centro*: PV, PPS; *pequenos de esquerda*: PC do B, PCB, PCO, PPL, PSOL, PSTU; *pequenos fisiológicos*: PAN, PGT, PHS, PT do B, PTN, PMN, PROS (p.87)

negativos nos partidos pequenos de centro, fisiológicos e grandes de esquerda. Ou seja, há uma concentração dos candidatos da igreja em um tipo específico de partido. Já a Batista apresenta resíduos positivos nos grandes de esquerda e fisiológicos e a Presbiteriana nos grandes e pequenos de centro. Já a igreja que concentra boa parte das candidaturas evangélicas, a Assembleia de Deus, não apresenta concentração positiva em alguma categoria de partido. O mesmo ocorre com a Igreja do Evangelho Quadrangular. Tratam-se de Igrejas com candidaturas mais dispersas em diferentes tipos de partidos ao longo do período.

Ao nos debruçarmos na distribuição em cada eleição, o que verificamos é a existência de uma eleição destoante das demais. Analisando a relação entre Igrejas e tipo de partido, identificamos uma relação significativa, principalmente, na eleição de 2010¹⁰. Assim, para simplificar a análise, as duas próximas tabelas tratarão apenas das eleições de 2010 e 2014¹¹.

Tabela 5. Candidaturas vinculadas às Igrejas na eleição de 2010

	Assembleia de Deus	Universal do Reino de Deus	Igreja do Evangelho Quadrangular	Batista	Presbiteriana	Outras
Grandes de centro	14,3%	,0%	11,8%	,0%	20%	13%
Std. Res.	,7	-1,2	,1	-1,3	,9	,3
Grandes de direita	31%	,0%	52,9%	40%	40%	39,1%
Std. Res.	-,4	-2,1	1,3	,4	,3	,4
Grandes de esquerda	4,8%	,0%	11,8%	20%	10%	13%
Std. Res.	-,9	-1,1	,4	1,4	,1	,6
Pequenos de direita	42,9%	100%	17,6%	20%	10%	26,1%
Std. Res.	,7	3,8	-1,3	-1,1	-1,4	-,8
Pequenos de centro	2,4%	,0%	5,9%	,0%	20%	4,3%
Std. Res.	-,6	-,7	,3	-,8	2,5	,0
Pequenos fisiológicos	4,8%	,0%	,0%	20%	,0%	4,3%
Std. Res.	-,1	-,8	-,9	2,6	-,7	-,1
Total	42	13	17	15	10	23

Fonte: Organização própria a partir dos dados contidos em Lacerda (2017) Cramer V. ,295 p.001

¹⁰ Para a eleição de 1998, Cramer V. 346, p.<,121; eleição de 2002, Cramer V. , 317, p.<,011; eleição de 2006 Cramer V. ,256 p.<,120; eleição de 2010 Cramer V. ,295 p.<,001; eleição de 2014 Cramer V. ,276, p.<,006.

¹¹ As informações sobre das eleições de 1998, 2002 e 2006 estão no Anexo.

Tabela 6. Candidaturas vinculadas às Igrejas na eleição de 2014

	Assembleia de Deus	Universal do Reino de Deus	Igreja do Evangelho Quadrangular	Batista	Presbiteriana	Outras
Grandes de centro	8,5%	,0%	22,2%	,0%	28,6%	16,7%
Std. Res.	-,5	-1,3	1,1	-1,1	1,5	1,0
Grandes de direita	23,4%	,0%	44,4%	41,7%	14,3%	30%
Std. Res.	-,2	-2,0	1,2	1,2	-,5	,6
Grandes de esquerda	6,4%	,0%	11,1%	8,3%	14,3%	16,7%
Std. Res.	-,6	-1,2	,2	-,1	,5	1,4
Pequenos de direita	46,8%	100%	22,2%	33,3%	28,6%	26,7%
Std. Res.	,2	3,4	-1,0	-,6	-,7	-1,5
Pequenos de centro	2,1%	,0%	,0%	,0%	14,3%	6,7%
Std. Res.	-,4	-,7	-,5	-,6	1,6	1,0
Pequenos fisiológicos	12,8%	,0%	,0%	16,7%	,0%	3,3%
Std. Res.	1,4	-1,1	-,8	1,2	-,7	-,8
Total	47	17	9	12	7	30

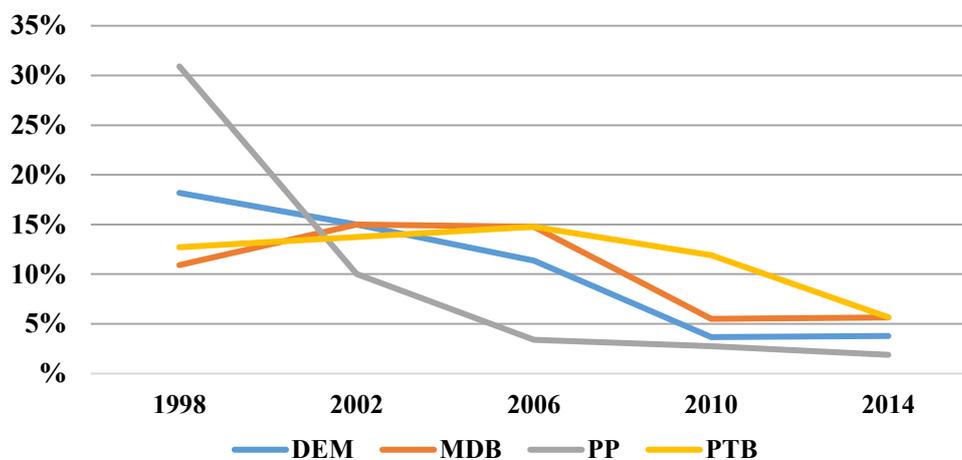
Fonte: Fonte: Organização própria a partir dos dados contidos em Lacerda (2017), Cramer's V. ,276, p. ,006

Como fica claro nas tabelas 5 e 6, o destaque é para a IURD que, nas duas últimas eleições, concentraram suas candidaturas em apenas um grupo de partido, os pequenos de direita. Já na Igreja com maior número de candidatos, a Assembleia de Deus, há dispersão de candidaturas em todos os tipos de partidos, o que é verificado em todo o período. Assim, mesmo com o não aumento de candidaturas, a IURD as concentrou em um tipo determinado de legendas: os pequenos de direita.

Para aprofundarmos em tal padrão observado, resta analisarmos o lançamento por partido político. Ou seja, em relação à essa concentração observada na IURD, é possível identificar algum partido específico que concentrou essas candidaturas? E entre as candidaturas da AD, constata-se qual comportamento? Como a quantidade de partidos políticos inviabiliza a exposição completa dos dados, nos concentramos nos casos emblemáticos ao longo das cinco eleições.

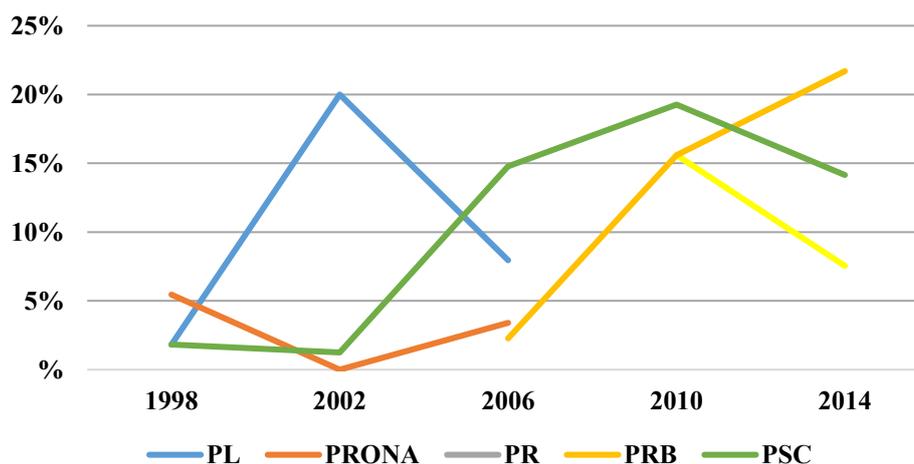
No início do período, o total de candidaturas identificadas com vínculo religioso foram de 56, distribuídas em 13 partidos, já na eleição de 2014 esse número passou a ser de 122 candidaturas, em 24 partidos. Os partidos que mais concentravam as candidaturas eram os partidos tradicionais: PP, DEM, PTB e MDB, juntos somavam 73% das candidaturas. Abaixo deles vinham outros partidos como PDT, PSDB, PT, mas nenhum passava do patamar de 5% dos candidatos religiosos.

Gráfico 2. Candidaturas vinculadas às Igrejas no DEM, MDB, PP e PTB, de 1998 a 2014 (%)



Fonte: Organização própria a partir dos dados contidos em Lacerda (2017)

Gráfico 3. Candidaturas vinculadas às Igrejas no PL, PRONA, PR, PRB e PSC, de 1998 a 2014



Fonte: Organização própria dos dados a partir de Lacerda (2017)

Quando olhamos o Gráfico 2 e 3, constatamos que, no decorrer do período, o cenário modifica de maneira expressiva: os partidos que abrigavam as candidaturas vinculadas às igrejas tiveram uma queda significativa e as demais legendas, principalmente, as menores e que sofreram fusões, receberam maior quantidade de candidaturas evangélicas. Ou seja, os tradicionais partidos de centro e direita deixaram de protagonizar o lançamento de candidaturas das principais Igrejas.

Os quatro partidos que, no início do período, somavam 73% de lançamentos em 1998, em 2014 contaram com apenas 17%. Já PRB, PSC e PR passaram a ter destaque, somando 43,3% dos candidatos com vínculos religiosos na eleição de 2014. Assim, há um

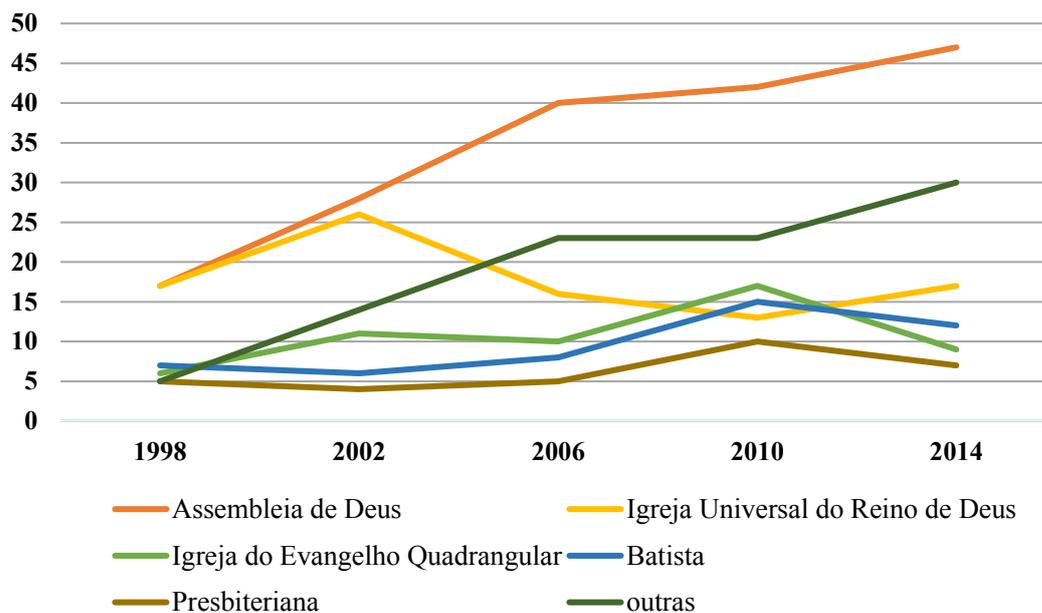
movimento de migração do lançamento de candidaturas dos partidos maiores e médios para os pequenos que, em 2014, contaram com apenas 9,3% das candidaturas.

O PR, partido originário da fusão do PRONA com o PL, na sua estreia em disputa eleitoral em 2010 apresentou 15% das candidaturas das igrejas evangélicas, porém na eleição seguinte teve uma redução para 7%. Já o PRB, partido fundado em 2005 pelo então vice-presidente da República José Alencar, antes presidente de honra do PL, iniciou a disputa eleitoral em 2006 com baixa proporção dos candidatos evangélicos, apenas 2%, mas, desde então, iniciou uma trajetória crescente. Em 2010, o partido figurou, empatado com o PR, como o segundo partido em concentração de candidaturas vinculadas as igrejas, e na última eleição, 2014, passou a ser o principal partido destas candidaturas, concentrando 22% do total.

É importante lembrar que o PL, criado em 1985 e dissolvido em 2006, era conhecido por ser um partido de viés conservador e por apresentar entre seus membros pessoas vinculadas as igrejas evangélicas. Foi um partido que ganhou destaque a partir da ocupação da cadeira de vice-presidente da República de 2003 a 2010, durante os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Após o escândalo do Mensalão em 2005 uma ala do partido, ligada ao Valdemar Costa Neto, se fusionou com o PRONA para fundar o PR, e outra ala fundou o PRB, ligada ao ex vice-presidente José Alencar. O PL se tornou importante genitor desses dois novos partidos, que desde 2006 vêm se destacando pelo contingente considerável de candidaturas vinculadas as igrejas evangélicas. O PSC é o outro caso de uma legenda que apresentou crescimento no decorrer das eleições, o salto foi da disputa de 2002 para 2006.

Os próximos gráficos tratam das Igrejas individualmente, mostrando o protagonismo crescente da Assembleia de Deus no lançamento de candidaturas, muito acima das demais denominações. Se o número total de candidatos com vínculos religiosos dobrou, o quantitativo de candidatos vinculados a AD triplicou dentro do período, como podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 4. Evolução das candidaturas por Igrejas



Fonte: Organização própria a partir dos dados contidos em Lacerda (2017)

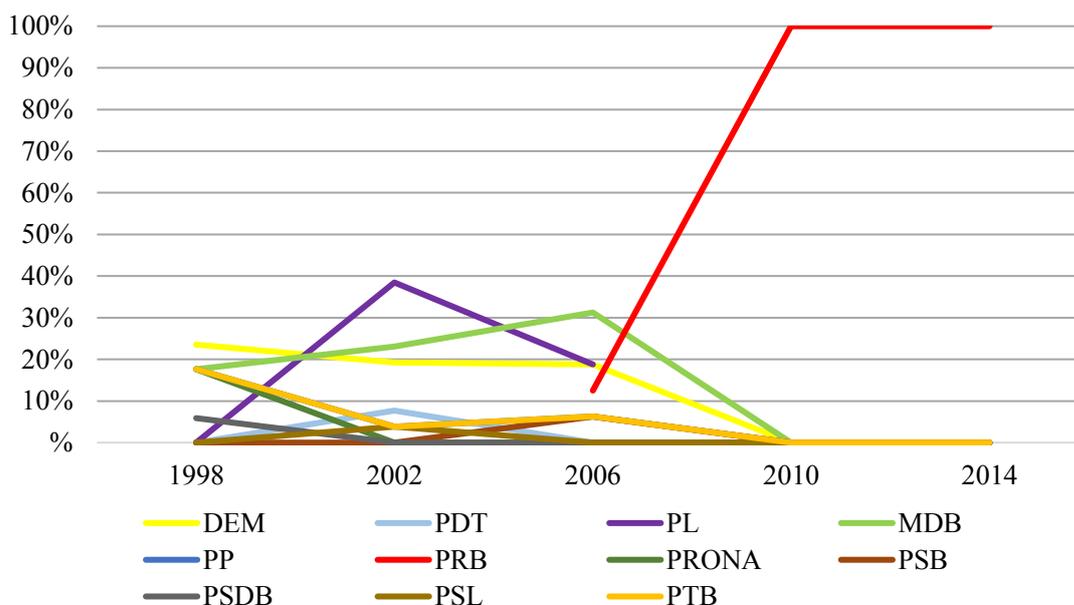
A próxima indagação refere-se aos partidos que se distribuem os candidatos dessas Igrejas. Ou seja, haveria uma estratégia, de igrejas e/ou partidos, para o lançamento dessas candidaturas dentro de suas listas? Para obtermos a resposta da nossa pergunta demonstraremos a distribuição dos candidatos das duas principais igrejas pelos partidos dentro do período investigado.

O Gráfico 5 apresenta os resultados da Assembleia de Deus, a igreja com maior número de candidatos identificados com a alguma das instituições religiosas.

recente, nas duas últimas disputas não lançou nenhum candidato vinculado a IURD. São partidos claramente vinculados prioritariamente a Assembleia de Deus.

O Gráfico 6 apresenta a distribuição das candidaturas da IURD, que é a segunda que mais lança candidatos.

Gráfico 6. Distribuição das candidaturas da IURD nos partidos de 1998 a 2014



Fonte: Organização própria a partir dos dados contido em Lacerda (2017)

Como o Gráfico mostra, diferente do que ocorre a AD, a IURD se transformou no sentido de maior concentração no lançamento de candidaturas. Mesmo no início do período, se constava um quadro bem menos disperso, o número de partidos que contaram com as candidaturas variou entre 5 e 6 partidos entre 1998 e 2006, muito abaixo do constatado pela AD. O *turning point* é na eleição de 2010, onde a igreja passa a concentrar seus candidatos em apenas um único partido, o PRB.

O PRB, como já explicado anteriormente, foi o partido criado pelo ex vice-presidente e ex presidente de honra do PL, José Alencar, em 2005. É um partido com assumidas relações com a IURD, que afirma que o seu surgimento se deu dentro da instituição religiosa¹³. Assim, a “simbiose” entre a IURD e o PRB, indicada pelos documentos do partido, foi verificada nos dados de lançamento de candidaturas. Quando olhamos a

¹³ A afirmação está no site do partido, em um post da comemoração dos 12 anos da legenda. Fonte: < <https://www.prb10.org.br/noticias/opiniao/prb-12-anos-e-hora-de-comemorar-mas-tambem-de-esclarecer/> > Acesso em 28/06/2018.

mudança no comportamento dos candidatos a partir do surgimento desta legenda, verificamos uma transformação concreta, indicando que há uma estratégia que unifica interesse entre partido e igreja.

4. Considerações Finais

A inserção política dos evangélicos tem despertado a atenção da literatura especializada nas últimas décadas e, talvez, pode ser considerado o principal fenômeno da representação política brasileira em nossa atual experiência democrática. O objetivo de nosso trabalho foi tratar do lançamento de candidaturas evangélicas nas últimas cinco eleições para Deputado Federal. O problema teórico envolvido tratou de pensar como os atores políticos podem transformar seu comportamento, mesmo em ambientes de relativa estabilidade institucional. Ou seja, partimos de uma postura teórica que lida prioritariamente com o dinamismo do comportamento dos atores políticos.

Apesar de ainda estar em uma fase exploratória, o presente estudo proporcionou alguns achados que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, reforçamos evidências de trabalhos anteriores de grande heterogeneidade da inserção política dos evangélicos, com uma convivência de candidaturas vinculadas à diversas Igrejas, além de um crescente grupo sem vínculo claro com tais organizações religiosas. Ou seja, mesmo com pontos de convergência, é incorreto tratar desse grupo como coeso e único. A diferença nos padrões observados entre a IURD e a AD corroboram teses anteriores, que observam dinâmicas específicas delas, marcadas por fortes diferenças na origem e no seu funcionamento (ORO, 2003, DANTAS, 2011).

A diversidade organizacional pode ser pensada como uma explicação para as diferenças identificadas no lançamento de candidaturas, com a IURD tendo uma estrutura mais centralizada e a AD mais descentralizada (DANTAS, 2011). De certo modo, ambas são pragmáticas em suas estratégias, mas a conformação interna de poder pode ter influenciado nos padrões identificados. Mesmo necessitando de mais estudos, essa explicação evoca uma conhecida tese a respeito dos partidos políticos, que ressalta o grande peso explicativo da origem e da conformação interna de poder nas organizações.

Em segundo lugar, é possível afirmar que esse fenômeno pertence não apenas ao campo religioso, mas também ao sistema partidário onde ele está inserido. A redução de

importância dos partidos tradicionais de centro e direita e o concomitante crescimento dos menores desse espaço ideológico indica uma transformação que tem sido indicada como característica do crescimento de nossa fragmentação partidária, com o aumento das bancadas de partidos menores. Ou seja, é possível pensar que a movimentação constatada entre evangélicos tem contribuído para o enfraquecimento dos partidos tradicionais brasileiros.

Além disso, é importante reafirmar que essa multiplicidade de padrões e possíveis estratégias podem estar relacionados com características de nosso sistema partidário, que pouco tem constrangido a manifestação dessa heterogeneidade do campo político evangélico. Aparentemente, devido à ausência de nitidez ideológica em grande parte de nossos partidos e às facilidades de criação de partidos, o nosso sistema pôde acomodar distintas estratégias, sem oferecer aos grupos religiosos grandes empecilhos.

De qualquer modo, tratam-se de conclusões ainda preliminares, que devem ser testadas de maneira mais cuidadosa, com a incorporação de outras variáveis. As evidências aqui suscitadas levantam importantes questões a respeito de como nosso sistema político tem se transformado e qual a contribuição dos evangélicos nesse processo, em um esforço que se vincula às clássicas ambições de compreensão da relação entre o sistema partidário e a sociedade.

Bibliografia citada

BERLATTO, F., CODATO, A. and BOLOGNESI, B. (2016) ‘Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das Forças Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados’, *Revista Brasileira de Ciência Política*, (21), pp. 77–120.

BORGES, Tiago (2009). “Identidade Política Evangélica e os Deputados Estaduais Brasileiros”. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 35..

BORGES, Tiago, BABIRESKI, Flávia, BOLOGNESI, Bruno (2017). “No voto e na fé: bases sociais e estratégias eleitorais dos candidatos evangélicos nas eleições de 2016 em Curitiba”. Paper apresentado no 41º Encontro da ANPOCS, Caxambu (MG).

COX, Gary (1997). *Making votes count: strategic coordination in the World’s electoral systems*. Cambridge: Cambridge University Press.

CARBONELLI, Marcos. (2015). Valores para mi País: Evangélicos en la Esfera Política Argentina (2008-2011). *Dados*, 58(4), 981-1015.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral (2011). *Religião e política: ideologia e ação da Bancada Evangélica na Câmara Federal*. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

DIP, Andrea (2018). *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.

DULLO, Eduardo (2015). “Política secular e intolerância religiosa na disputa eleitoral”. In: Montero, P. *Religiões e controvérsias públicas: experiências, práticas sociais e discursos*. Campinas: Editora Unicamp.

DUVERGER, Maurice (1970). *Os partidos políticos*. Zahar Editores: Rio de Janeiro

FRESTON, Paul (1993). *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Campinas. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas.

KALYVAS, Stathis (1996). *The Rise of Christian Democracy in Europe*. Ithaca, NY: Cornell Univ. Press.

KINZO, Maria D’Alva (2004). “Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 19 n°. 54.

LACERDA, Fabio (2017). Banco de Dados de Candidaturas Evangélicas. Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo - USP. In: Consórcio de Informações Sociais, 2017. Disponível em <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em 15/05/2018.

_____ (2017b). “Evangelicals, Pentecostals and Political Representation In Brazilian Legislative Elections (1998-2010)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*., São Paulo , v. 32, n. 93.

LAPALOMBARA, Joseph, WEINER, Myron (1966). “The origin and development of political parties” In: LAPALOMBARA, J, WEINER, M.. *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press.

LIJPHART, Arendt (1994). *Electoral systems and party systems: a study of twenty-seven democracies, 1945-1990*. Oxford: Oxford University Press..

LIPSET, Seymour, ROKKAN, Stein. (1990) “Cleavage structures, party systems, and voter alignments”. In: MAIR, P.. *The West European Party System*. Oxford: Oxford University Press.

MAINWARING, Scott (2001). *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro/Porto Alegre: FGV/ Mercado Aberto.

MARIANO, Ricardo & ORO, Ari P. (2011), “The reciprocal instrumentalization of religion and politics in Brazil”. *Annual Review of the Sociology of Religion*, 2: 245-266

MACHADO, Maria D. C. & BURITY, Joanildo. (2014), “A Ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos”. *Dados*, 57 (3): 601-631.

MARIANO, Ricardo. (2004), “Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal”. *Estudos Avançados*, 18 (52): 121-138.

MELO, Carlos Ranulfo (2010) “Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Nº 4. Brasília, julho-dezembro de 2010, pp. 13-41.

NETTO, Gabriela Figueiredo, SPECK, Bruno Wilhelm. (2017). O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos?. *Opinião Pública*, 23(3), 809-836.

NEUMANN, Sigmund (1965). *Partidos políticos modernos*. Madrid: Tecnos.

NICOLAU, Jairo (2006). “O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil”. *Dados*, 2006, vol.49, no.4, p.689-720.

ORO, Ari Pedro. (2003). “A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(53), 53-69.

PEREIRA, Carlos, MUELLER, Bernardo. (2003). “Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil”. *Dados*, 46(4), 735-771.

PERES, Paulo (2008). “Comportamento ou Instituições? A Evolução Histórica do Neo-Institucionalismo da Ciência Política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, p. 53-72.

PIERUCCI, Antônio F., PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil: religião sociedade e política*. São Paulo: HUCITEC.

PRANDI, Reginaldo, CARNEIRO, João Luiz. (2018). “Em nome do pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33(96).

RAE, Douglas (1967). *The political consequences of electoral laws*. New Haven/London: Yale University Press.

SAMUELS, David. (1997). “Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil”. *Dados*, 40(3).

SCHOENFELDER, Rosilene & PAZ, Joice L. (2006), “A Igreja do Evangelho Quadrangular nas eleições de 2006: a disputa pela vaga de deputado Federal”. *Debates do NER*, 7 (10): 27-37

SOARES, Glaucio (2001). *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

STOLL, Heather (2013). *Changing Societies, Changing Party Systems*. Cambridge: Cambridge University Press

TAAGAPER, Rein, SHUGART, Matthew (1989). *Seats and votes: the effects and determinants of electoral systems*. New Haven: Yale University Press.

TANAKA, Marcela G (2018). “O Voto da Fé: comportamento eleitoral e recrutamento partidário dos deputados estaduais evangélicos em São Paulo (2002-2014)” Dissertação (Mestrado em Ciência Política), UNICAMP, Campinas.

TAVARES. José Antônio G. (1994). *Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

VILLAZÓN, Júlio C (2015). “Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político”. In: CRUZ, S. V, KAYSEL, A., CODAS, G. (org). *Direita, Volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

WEBER, Max (1991). *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix.

ANEXO
ELEIÇÃO DE 1998

		Assembleia de Deus	Igreja Universal do Reino de Deus	Igreja do Evangelho Quadrangular	Batista	Presbiteriana	outras	Total
grandes de centro	Count	3	4	0	0	1	0	8
	% within 5 principais igrejas	17,6%	23,5%	,0%	,0%	20%	,0%	14,3%
	Std. Residual	,4	1,0	-,9	-,9	,3	-,8	
grandes de direita	Count	12	10	5	4	1	3	35
	% within 5 principais igrejas	70,6%	58,8%	83,3%	66,7%	20%	60%	62,5%
	Std. Residual	,4	-,2	,6	,1	-1,2	-,1	
grandes de esquerda	Count	1	0	0	2	1	2	6
	% within 5 principais igrejas	5,9%	,0%	,0%	33,3%	20%	40%	10,7%
	Std. Residual	-,6	-1,3	-,8	1,7	,6	2,0	
pequenos de direita	Count	0	3	1	0	1	0	5
	% within 5 principais igrejas	,0%	17,6%	16,7%	,0%	20%	,0%	8,9%
	Std. Residual	-1,2	1,2	,6	-,7	,8	-,7	
pequenos de centro	Count	0	0	0	0	1	0	1
	% within 5 principais igrejas	,0%	,0%	,0%	,0%	20%	,0%	1,8%
	Std. Residual	-,6	-,6	-,3	-,3	3,0	-,3	
pequenos fisiológicos	Count	1	0	0	0	0	0	1
	% within 5 principais igrejas	5,9%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,8%
	Std. Residual	1,3	-,6	-,3	-,3	-,3	-,3	
Total	Count	17	17	6	6	5	5	56
	% within 5 principais igrejas	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Cramer V. 346, p.<,121

ELEIÇÃO DE 2002

		Assemblei a de Deus	Igreja Universa l do Reino de Deus	Igreja do Evangelho Quadrangula r	Batista	Presbiteriana	outras	Total
grandes de centro	Count	3	6	1	0	1	1	12
	% within 5 principais igrejas	11,1%	23,1%	10%	,0%	25%	7,1%	13,8%
	Std. Residual	-,4	1,3	-,3	-,9	,6	-,7	
grandes de direita	Count	17	17	4	3	0	8	49
	% within 5 principais igrejas	63%	65,4%	40%	50%	,0%	57,1%	56,3%
	Std. Residual	,5	,6	-,7	-,2	-1,5	,0	
grandes de esquerda	Count	5	2	3	3	2	1	16
	% within 5 principais igrejas	18,5%	7,7%	30%	50%	50%	7,1%	18,4%
	Std. Residual	,0	-1,3	,9	1,8	1,5	-1,0	
pequenos de direita	Count	2	1	2	0	0	0	5
	% within 5 principais igrejas	7,4%	3,8%	20%	,0%	,0%	,0%	5,7%
	Std. Residual	,4	-,4	1,9	-,6	-,5	-,9	
pequenos de centro	Count	0	0	0	0	0	2	2
	% within 5 principais igrejas	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	14,3%	2,3%
	Std. Residual	-,8	-,8	-,5	-,4	-,3	3,0	
pequenos fisiológicos	Count	0	0	0	0	1	2	3
	% within 5 principais igrejas	,0%	,0%	,0%	,0%	25,0%	14,3%	3,4%
	Std. Residual	-1,0	-,9	-,6	-,5	2,3	2,2	
Total	Count	27	26	10	6	4	14	87
	% within 5 principais igrejas	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Cramer V. , 317, p.<,011

ELEIÇÃO 2016

		Assembleia de Deus	Igreja Universal do Reino de Deus	Igreja do Evangelho Quadrangular	Batista	Presbiteriana	outras	Total
grandes de centro	Count	8	5	2	0	2	3	20
	% within 5 principais igrejas	20%	31,3%	20%	,0%	40%	13%	19,6%
	Std. Residual	,1	1,1	,0	-1,3	1,0	-,7	
grandes de direita	Count	12	8	4	2	2	10	38
	% within 5 principais igrejas	30%	50%	40%	25%	40%	43,5%	37,3%
	Std. Residual	-,8	,8	,1	-,6	,1	,5	
grandes de esquerda	Count	1	1	2	4	1	2	11
	% within 5 principais igrejas	2,5%	6,3%	20%	50%	20%	8,7%	10,8%
	Std. Residual	-1,6	-,6	,9	3,4	,6	-,3	
pequenos de direita	Count	14	2	2	1	0	7	26
	% within 5 principais igrejas	35%	12,5%	20%	12,5%	,0%	30,4%	25,5%
	Std. Residual	1,2	-1,0	-,3	-,7	-1,1	,5	
pequenos de centro	Count	4	0	0	1	0	0	5
	% within 5 principais igrejas	10%	,0%	,0%	12,5%	,0%	,0%	4,9%
	Std. Residual	1,5	-,9	-,7	1,0	-,5	-1,1	
pequenos fisiologico	Count	1	0	0	0	0	1	2
	% within 5 principais igrejas	2,5%	,0%	,0%	,0%	,0%	4,3%	2%
	Std. Residual	,2	-,6	-,4	-,4	-,3	,8	
Total	Count	40	16	10	8	5	23	102
	% within 5 principais igrejas	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Cramer V. ,256 p.<120